

- a) **Título do trabalho:** TERRITÓRIO, AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ABORDAGEM TERRITORIAL.
- b) Grupo de Trabalho **Redes e organizações solidárias**
- c) **Autor:** Gilmar Godoy Gomes – ITCP UFRGS.
- d) **E-mail:** gilpoa2013@gmail.com
- e) **Fones:** (51) 32081676 / (51) 86061961

Resumo:

O artigo apresenta uma discussão teórica sobre o conceito de território, partindo da premissa que este conceito tem frequentemente sido incorporado na teoria e na prática das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs, nas publicações da economia solidária de modo geral e, em particular na elaboração e aplicação de políticas públicas dos governos em todos os níveis. Analisa o trabalho da ITCP UFRGS junto a um coletivo de agricultoras camponesas - *Mulheres da Terra* - em um assentamento de reforma agrária: os Filhos de Sepé, e uma rede de empreendimentos de economia solidária – a rede Contraponto, entreposto de comercialização solidária instalado no campus central da UFRGS. Parte-se de uma análise que privilegia a abordagem territorial.

Palavras-chave: Território; Mulheres Camponesas, Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Eixo temático: I

Grupo de Trabalho: GT5

1. INTRODUÇÃO

Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs são organizações que se inscrevem no interior das universidades se constituindo, especialmente, no campo da extensão, como referência no fortalecimento da economia solidária - ES através de processos de assessoria e formação de empreendimentos para a geração de trabalho e renda.

Com mais de 20 anos de existência, as ITCPs ajudaram a formar e a consolidar um número expressivo de iniciativas de economia solidária e constituem, de acordo com Dagnino

Uma das iniciativas mais importantes – e inovadoras em nível mundial – que vem sendo implementadas na América Latina no campo da extensão universitária [...] (e) nas universidades (na sua maioria públicas) brasileiras. (DAGNINO, 2012, p.1)

Neste sentido, é o "elemento novo" disputando a atenção da academia para temas que, até o surgimento das Incubadoras de ES, eram meramente tratados como objeto de estudo. A presença do trabalho das ITCPs nos espaços da extensão, da pesquisa e do ensino, tem garantido que temas como os da pobreza, da exclusão, da geração de renda e da cidadania passem de mero objeto de estudo para a ação concreta, na busca de soluções.

Congregam docentes, técnicos e estudantes de graduação e pós-graduação. Um número considerável de artigos, relatos de experiências e monografias de conclusão de curso tem sido gerados a partir do envolvimento dos alunos que passam pelas equipes de incubação das ITCPs. Um número expressivo de dissertações e teses sobre a temática contribui para demonstrar esta afirmação.¹

A ação das Incubadoras, que, em um primeiro momento, dedica-se mais especificamente à criação e desenvolvimento de empreendimentos para geração de trabalho e renda passa, ao longo deste período, a abarcar outras demandas como a incubação de feiras, de redes de empreendimentos, de fóruns, a elaboração de tecnologias sociais adequadas ao desenvolvimento dos EES, o acompanhamento e incubação de assentamentos de reforma agrária, de Arranjos Produtivos Locais – APLs, bem como em uma diversidade de ações que incluem os bancos comunitários, os clubes de troca, espaços de cultura, quilombos e comunidades indígenas.

¹ <http://bancodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em 18/12/2014.

A novidade parece ser o fato de estas temáticas incluírem a questão do território como *novo* foco de atenção. Grifa-se o novo uma vez que qualquer ação humana é efetivada no espaço assim como no tempo. As ações das Incubadoras ora ocorrem em um bairro, uma localidade, em uma comunidade urbana ou rural, em alguma região, enfim, em algum lugar do espaço geográfico.

Trazer para o território o foco de atuação das ITCPs resulta de uma predileção que está posta e merece uma avaliação sobre a importância deste conceito e seu possível potencial investigativo e explicativo, na perspectiva de um desenvolvimento que tenha o trabalho associado como elemento fundante.

Verifica-se em uma análise de documentos e publicações das instâncias relativas à economia solidária semelhante ocorrência.² É o que se pode ver em publicações das Conferências³ nos diversos níveis, nas páginas do movimento de ES, bem como nas instâncias de governo como a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.⁴

A intensificação do uso do conceito, nos últimos anos "levanta questões como se o conceito tivesse virado moda, se é mais um *fashion concept*." (FERNANDES, 2009. p. 198)

Se o conceito de território ganha importância em muitas áreas do conhecimento ou se sua disseminação engloba desde os mecanismos de inserção espacial das firmas e instituições do capital internacional, passando pelas estratégias de organização dos movimentos sociais ou pelo discurso dos governos, para a análise da ciência geográfica o desafio está posto, uma vez que o estudo dos processos de produção do espaço é a principal ocupação da Geografia e o conceito de território é considerado uma categoria de fundamental importância.

Percebe-se que o território, alçado a uma condição de importância de forma tão significativa, parece fazer uma relação com muitas das políticas públicas em vigor no Brasil hoje. Uma rápida análise das políticas do governo federal, em especial àquelas ligadas aos Ministérios da Justiça como é o caso dos “Territórios da Paz”⁵, Ministério do

² <http://www.integracao.gov.br/2029-desenvolvimento-regional-territorial-sustentavel-e-economia-solidaria>. Acesso em 18/12/2014.

³ <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/conferencia-nacional-de-economia-solidaria/>. Acesso em 18/12/2014.

⁴ Nos objetivos: não há citação de municípios e sim territórios. Verificar em www.mte.gov/sies.ecosol.org.br/.../sies-divulgacao-de-dados-preliminares-2013.pdf. Acesso em 18/12/2014.

⁵ <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={3FD1029C-C70B-4394-A81E-A52F2E42E259}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B3442470E-4A08-4A0C-B5BC->

Desenvolvimento Social – MDS⁶ e outros ainda, como Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, do Ministério da Pesca e Aquicultura, do Ministério do Turismo, MTE/ Ministério do Trabalho / Secretaria de Economia Solidária – SENAES, demonstram esta importância.

Por outro lado, faz-se necessário compreender que este voltar-se ao território deve ser compreendido no contexto mais amplo, relativo às transformações ocorridas no âmbito do novo modelo de acumulação que gerou transformações no modelo de "organização industrial fordista-keynesiano para um modelo de produção pós-fordista e de acumulação flexível". (FUINI; PIRES, 2009, p. 291)

A nova configuração do capital exige um conjunto de modificações que afetam, de forma inédita, a produção do espaço. Afetam as formas espaciais bem como as ações que são o conteúdo social.

Em primeiro lugar, salienta-se que os sistemas de produção e beneficiamento das grandes indústrias passam a buscar os melhores lugares para expandir ou enredar seus nós, resultando, do ponto de vista do território, em mudanças de escala. Ou seja, da escala do Estado Nacional para as regiões e para outras escalas subnacionais.

Por outro lado a descentralização estatal, o aparecimento do *lugar* como lócus de preocupação tanto dos agentes de mercado e da indústria quanto dos governos e do Estado de forma mais ampla, são facetas importantes na análise das transformações recentes ligadas aos processos oriundos da globalização. De acordo com FUINI; PIRES

Com o componente da descentralização estatal, reforçou-se a necessidade de se articularem estruturas e projetos de desenvolvimento local que estivessem baseados em atores, capacidades e conhecimentos endógenos. Como estas iniciativas não estão descoladas de contextos mais amplos - regionais, nacionais e internacionais - trata-se, pois, de promover formas de regulação parciais das cadeias produtivas e dos processos de desenvolvimento sócio-econômico. (FUINI; PIRES, 2009, p. 291)

Desta forma, este *status* do território pode ser explicado a partir da ampla utilização do conceito pelas mais diversas áreas do conhecimento, pela estratégia do capital globalizado,

[9153D9585A0C%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D](http://www.mds.gov.br/search?group_results=True&SearchableText=territ%C3%B3rio+da+cidadania). Acesso em 18/12/2014.

⁶ http://www.mds.gov.br/search?group_results=True&SearchableText=territ%C3%B3rio+da+cidadania. Acesso em 18/12/2014.

através de seus organismos como Banco Mundial, ONU, OMC, na implantação de políticas públicas e privadas nos campos e cidades, pela adoção, por parte dos governos, de estratégia de implantação de suas políticas de desenvolvimento social e econômico, o que será considerado neste artigo como espaços de governança.

Este trabalho está dividido da seguinte forma, além da introdução e das considerações finais, apresenta duas seções. Na primeira, aborda-se o conceito de território, de territorialidade, bem como, as derivações decorrentes deste primeiro: territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Serão observadas as contribuições dos autores Raffestin (1993) e Milton Santos, bem como os territorialólogos brasileiros que têm destacado em suas obras importantes contribuições para o debate do território como Fernandes (2009), Souza (1995, 2009), e, Haesbaert (2004, 2009). Da mesma forma Saquet (2005, 207, 2009) e Heidrich (2004, 2006, 2009, 2010).

Na segunda seção, toma-se dois exemplos de atuação da ITCP UFRGS como objeto de análise para o debate e a problematização do conceito de território: um trabalho de acompanhamento de um grupo de mulheres assentadas, o Coletivo *Mulheres da Terra* e uma rede de comercialização solidária, a Rede Contraponto.⁷ Nas considerações finais, efetiva-se uma síntese do trabalho da ITCP UFRGS referente às suas ações em um território da reforma agrária bem como procura-se demonstrar, a partir de práticas agroecológicas e da construção de uma rede de economia solidária, o surgimento de novas territorialidades. Busca-se, assim, a construção de uma abordagem territorial para as análises em questão.

2. TERRITÓRIO: O OLHAR DA GEOGRAFIA

Nesta seção pretende-se trazer para a discussão algumas das concepções que o vocábulo *território* adquire enquanto um dos conceitos mais importantes da ciência geográfica. Importância esta que, mais recentemente, o elevou à condição de categoria de análise.

⁷ *Mulheres da Terra* é um coletivo inserido no Assentamento Filhos de Sepé, Viamão-RS, que vem sendo acompanhado pela ITCP UFRGS desde 2011. Inicialmente através da incubação de uma feira de produtos de base agroecológica e posteriormente foram verificadas outras demandas, que serão explicitadas no artigo. O Contraponto é um entreposto de comercialização de produtos da economia solidária, instalado no campus central da UFRGS desde 2009. Hoje sua gestão é feita por uma associação de EES.

Não será feita uma ampla revisão bibliográfica, pois a pretensão é, neste caso, mais modesta. O que impele a esta tarefa é a constatação de que hoje o conceito tem sido amplamente usado por diversas áreas do conhecimento e, sobretudo, pelo discurso oficial dos governos nos diversos níveis, aparecendo nos editais e chamadas públicas, bem como nas publicações oficiais, sobretudo nas áreas governamentais dirigidas às políticas de combate à pobreza, programas sociais em geral e na economia solidária, em particular.

Destarte, a preocupação do profissional da Geografia, é buscar na literatura geográfica os significados que o conceito adquire, dependendo das situações em análise onde o mesmo é empregado. Importante ressaltar que frequentemente o conceito de território tem sido utilizado de forma pouco precisa ou mesmo confundido com outros conceitos não menos importantes para a Geografia, como lugar, paisagem ou região. Mais inoportunamente ainda designando apenas uma faceta deste complexo conceito quando tratado unicamente como substrato material, o que é ainda mais preocupante.

Vivemos, portanto, tempos em que o território tem despertado o interesse de um número expressivo de atores das mais diversas áreas do conhecimento científico, tais como a etnografia, a sociologia, a economia, a biologia, e, principalmente, a informática. O conceito de território começa a se destacar, tornando-se tema recorrente em diversas pesquisas e trabalhos científicos. É preciso, no caso de um estudo geográfico, atenção do geógrafo quanto à diversidade de sentidos que se tem dado ao conceito pelas mais diversas matizes das ciências, afinal, o conceito de território, por ser usado por múltiplos atores dentro do campo científico, comporta um viés ideológico, e está, necessariamente, comprometido com a prática social desses atores.

Quando se fala em território, se está falando do quê? Talvez uma das primeiras aparições da noção de território na história tenha origem na Roma Antiga, sendo que a expressão *territorium*, designa uma “área delimitada de terra, área sob determinada jurisdição⁸”.

Aprende-se de imediato nesta concepção a presença da ideia de controle, de um *corpus* normativo – jurídico, que se propõe a organizar, salvaguardar e delimitar determinada área geográfica sob o comando de alguém, neste caso os domínios do Império Romano. Esta

⁸ <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/territorio/>. Acesso em 12/12/2014.

noção contribuiu para informar às primeiras noções, da ciência geográfica, o conceito de território quando este faz referência à delimitação física da ocupação do espaço no Estado-nação (terra-território). Noção que predominou durante a maior parte da história do conhecimento geográfico e apenas mais recentemente, cerca de vinte a quarenta anos para cá, foram sendo elaboradas novas acepções para a expressão território na Geografia e em outras áreas das ciências humanas com ênfase nas abordagens de Deleuzze e Guattari, em especial nas obras *O Anti-Édipo, Capitalismo e Esquizofrenia* e *O que é Filosofia?* Publicadas em 1976 e 1991, respectivamente, onde aparecem as derivações: desterritorialização, territorialização e reterritorialização.

A partir do século XVII com a ascensão na Europa do Estado-nação, a noção de território enquanto ideia de integração, povo e território aparecerá como “forma político-jurídica comum” (Sahr e Sahr, 2009, p. 151). Noção esta que não distingue território de espaço geográfico tal qual mais tarde aparecerá na Geografia Clássica, em especial na obra de Friedrich Ratzel. (Ratzel, 1990).

A ideia de território como noção que se confunde com substrato espacial material é a uma das mais acentuadas críticas que Souza (2009) faz à teorização da Geografia clássica neste caso, personificada na obra de Ratzel. Souza alerta que confundir território com “as formas materiais, os objetos geográficos tangíveis – edificações, campos de cultivo, feições naturais, etc.” (Souza, 2009. p. 61) seria o mesmo que *coisificar* o território.

Friedrich Ratzel é importante aqui, uma vez que é o principal responsável pela visão de território como um espaço dominado por um Estado-nação e para a afirmação da geopolítica como estratégia de dominação, sendo que nas suas duas principais obras "Antropogeografia", de 1882, e "Geografia Política", de 1897, destaca-se a vinculação do território como arma imprescindível na conquista dos objetivos políticos e na supremacia do poder do Estado. O território, para Ratzel, é condição para a existência do Estado. Em face de sua formação naturalista, "Ratzel desenvolve sua noção de território a partir da concepção de *habitat*, ideia usada na Biologia para a delimitação de áreas de domínio de determinada população de animais ou vegetais de uma mesma espécie". (Candiotto; Santos. 2009. p. 316)

Esta concepção ainda é muito presente em algumas áreas do conhecimento acadêmico, bem como no senso-comum. A crítica que pode ser feita em relação à generalização do uso da noção de território nos programas de governo (espaços de governança) e mesmo na economia

solidária, remete a esta ideia clássica do conceito, desde Ratzel, onde o território é concebido apenas como substrato material, ou seja, solo. Território é o chão, palco das ações humanas.

Por outro lado, Raffestin (1993) também refere este conceito à dominação quando define o território como um espaço modificado pelo trabalho que revela relações de poder. Mas diferentemente de Ratzel, Raffestin não restringe o exercício do poder ao Estado-nação, mas o compreende como parte das relações estabelecidas em sociedade. Inclui o poder estatal e percebe este poder de forma relacional. Para Claude Raffestin o território é

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder. (RAFFESTIN, 1993, p 144)

Contudo, para Raffestin espaço e território não são sinônimos, pois o espaço é anterior ao território. O território por seu lado é efetivado por e a partir das relações sociais. O autor considera ainda que as relações de poder são imprescindíveis na apropriação e na produção do espaço geográfico. Portanto, o território é elemento-chave para a compreensão do modo como as sociedades operam e se relacionam.

Milton Santos (2002), discutindo essa problemática, percebe o território como um contexto que está sujeito às regras e às normas do modo de regulação hegemônico, sendo, dessa forma, impactado também por decisões que lhes são exteriores em função da sua subordinação ao sistema capitalista. O território passa a ser, assim, reflexo e refletor de uma dada forma de estado e de governo que organiza a sociedade. Interessa, na abordagem de Santos, o reconhecimento de que o território – e logo, a sociedade – pode ser outro, dependendo do tipo de política que é instaurada e dos princípios regulatórios que norteiam os campos desse território.

Corroborando a crítica que muitos geógrafos têm feito à aplicação da noção indiscriminada de território, aparece Rogério Haesbaert (2004; 2009). O autor alerta para o risco do conceito se transformar em uma *chave-mestra*, dado “o exagero no seu uso (facilmente transformado em abuso), dentro – e mesmo fora – da Geografia” (HAESBAERT, 2009. p95)

Haesbaert destaca ainda que território advém do espaço, ou seja, nele está contido como dimensão espacial, “na “dimensão”, ou melhor, nas problemáticas de caráter político ou

que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas”. (ibidem. p. 105)

Nesse sentido, concorda com Souza (2009) quando este afirma que, o que define o território são as relações de poder. Portanto a dimensão política é “aquela que, antes de qualquer coisa, lhe define o perfil”. (SOUZA, 2009. p. 59)

As contribuições mais importantes que o autor apresenta, de acordo com o nosso ponto de vista, e que serão importantes para a análise de nossas experiências neste texto, diz respeito às qualidades que o território adquire sendo sempre multidimensional, multiescalar, material e imaterial.

Isto é importante, pois desde a sua origem, o termo “território”, dentro da ciência geográfica, comporta uma dupla conotação: que é material, quando referente ao espaço físico (controle) e simbólica (representações), pois, de acordo com Haesbaert (1997)

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico do espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT. 1997, p. 42).

A dualidade do conceito de território e sua capacidade de explicar aspectos aparentemente opostos (material e simbólico) denota a importância que o conceito adquire para os estudos territoriais, nos quais a Geografia fornece os instrumentos para sua compreensão. Por essa razão, este conceito dentro da Geografia é elevado à categoria de análise e amplamente usado.

Por seu turno, Heidrich (2009), ao analisar os conflitos inerentes à demarcação de Unidades de Conservação (UCs), destaca as relações que se estabelecem entre a população que ocupa tradicionalmente as áreas demarcadas e os “novos ocupantes”, ou seja, o corpo administrativo e técnico das instituições públicas que visam à preservação das áreas em questão. Observa a existência de territorialidades representadas pelos atores que ocupam o território objetivando a reprodução econômica e os novos atores que representam o território da conservação. Para Heidrich “o princípio da territorialidade não implica necessariamente

exclusão ou conflito em relação a outras territorialidades, mas apenas quando coincidir o objeto de sua ocorrência.” (HEIDRICH 2009, p. 273)

Este autor admite também que a discussão sobre o conceito de território é alvo de “complexas concepções teóricas” que abarca realidades díspares, concordando que as relações que geram o território e as territorialidades humanas são, sobretudo, aquelas que envolvem o poder.

Por fim, para Heidrich, o território é sempre uma apropriação do espaço que articula extensão e ocupação, demarcação e domínio. Mas não basta ocupar, é necessário que esta ocupação seja concebida pelos atores envolvidos. Portanto o território envolve, necessariamente, representação, sentimento de pertença, identificação. Ou seja, “ocupação, uso e representação são, por isso, aspectos constituintes da relação de poder que produz o território.” Mas, sobretudo, constituem “expressão geográfica” que não se reduzem a “simples ocorrências, posição ou distribuição de objetos no espaço”. (HEIDRICH, 2009, p. 274)

Marcos Saquet compreende os processos de apropriação do espaço como territorializações. O território é produto e condição da territorialização, cujo processo é historicamente determinado, constituindo-se como “um dos produtos sociospaciais do movimento e das contradições sociais” (SAQUET, 2007, p. 127)

Para este autor, o território é sempre produzido pelas relações de poder estabelecidas pelos agrupamentos humanos e materializa-se em diferentes escalas, para além das áreas gestadas pelo Estado-nação que formam o *território nacional*. Desta forma, um país contém diversos territórios marcados pela apropriação, uso e representação, proporcionando as identificações coletivas e resultando na formação de territorialidades.

3. O TRABALHO NO ASSENTAMENTO: AS TERRITORIALIDADES DAS MULHERES DA TERRA

*“Eu nasci aqui nesta terra
Vou morrer aqui mesmo nela
E quando me roubam da terra
Eu me torno vigia dela”. (Dalmo Medeiros)*

*“Quando eu morrer, que me enterrem na
beira do chapadão
-- contente com minha terra
cansado de tanta guerra
crescido de coração”.
Tôo
(apud Guimarães Rosa)*

O primeiro trecho citado se refere à música de Dalmo Medeiros, interpretada pelo grupo musical Boca Livre. O segundo é parte da letra da música de Chico Buarque, “Assentamento”. Percebe-se de imediato que se tratam de letras que fazem referência à relação de alguém com sua terra. Os poemas sugerem a temática da luta pelo “chão”, nos levando imediatamente a pensar nas *peleias* travadas em nosso país pelo Movimento Sem-Terra – MST. Bem como expõe as subjetividades dos sujeitos que lutam, deixando vazar os sentimentos de perda da terra e desejo de retornar a ela, ainda que mortos.

Outro trecho da mesma canção de Chico Buarque que merece atenção é

*“Zanza daqui
Zanza pra acolá
Fim de feira, periferia afora
A cidade não mora mais em mim
Francisco, Serafim
Vamos embora”.*

Já neste trecho da música, evidencia-se o incômodo (de alguém) de estar longe do seu *lugar* que expressa o não caber em um novo ambiente: a cidade, uma realidade avessa às experiências anteriores desses sujeitos. A perda do “pago” ou da “querência”, como é conhecido aqui no RS o *feeling* desta separação.

Estas considerações são trazidas para demonstrar uma das acepções importantíssimas do conceito de território, quando este quer falar da relação que os humanos estabelecem com o substrato material que apoia seus pés e lhes fornece uma identidade e um afeto com um lugar, neste caso, a terra em que nasceu e onde estabeleceu suas raízes.

Território aqui indica uma fatia do espaço geográfico impregnada do sentimento de pertença onde os seres humanos conformam seus modos de vida, sua cultura, seu devir. Onde se estabelecem territorialidades.

Este contexto oferece à análise geográfica, notadamente às abordagens territorial e cultural, que enfocam a articulação materialidade-imaterialidade, um interessante campo de pesquisa, especialmente para a Geografia Social, que considera a relação entre sociedade e os diferentes atores no espaço em suas diversas feições, como a natureza, o meio, o espaço da vida, territórios, lugares e paisagem. (DI MÉO; BULÉON, 2007)

O espaço geográfico, palco onde se desenrolam as evoluções destas redes, nos permite pensar não só o espaço abstrato e conceitual, mas o mesmo como espaço vivido, que é marcado pelo uso e pela utilização simbólica de um dado espaço territorial. Espaço vivido, compreendido como uma rede de manifestações que tem no cotidiano e nas intersubjetividades presentes no trabalho, na família e em todas as formas de relação societária a base de sua constituição. (REGO; SUERTEGARAY; HEIDRICH, 2000, p.42)

3.1. A INSERÇÃO DA ITCP: UMA ABORDAGEM TERRITORIAL

O Núcleo de Economia Alternativa (NEA), através da ITCP UFRGS, desenvolve atividades no Assentamento Filhos de Sepé, direcionadas a um coletivo de mulheres camponesas denominado *Mulheres da Terra*, que tem por contexto a valorização do grupo através da concretização de oportunidades de desenvolvimento e crescimento local, na perspectiva da diminuição do êxodo rural, promovendo a autoestima do grupo, geração de renda e inclusão social.

São mulheres com histórias de vida semelhantes. A maioria vítima dos processos desterritorializantes da perda da terra e a busca pela construção de um novo porvir, representado pela trajetória acampamento-assentamento. São cidadãs que decidiram, não sem enfrentarem muitos obstáculos, constituir um novo território baseado na cooperação, nos laços de solidariedade, no mutirão e na produção de alimentos saudáveis, livres de veneno.

Neste sentido, a organização produtiva em um território presente no Assentamento representa pontos de intersecção com as práticas da ES, ou seja, a economia camponesa, fundada nos princípios descritos acima, podem, de acordo com Gaiger⁹, ser relacionada às práticas da economia solidária. Para Gaiger:

O fenômeno da economia solidária guarda semelhanças com a economia camponesa. Em primeiro lugar, porque as relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários são distintas da forma assalariada. Muito embora, também aqui, os formatos jurídicos e os

⁹ A economia solidaria diante do modo de produção capitalista Luiz Ignácio Gaiger. P. 18-40. Disponível em:

<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>. Acesso em 18/12/2014

graus de inovação no conteúdo das relações sejam variáveis e sujeitos à reversão, as práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. (p.25)

O Coletivo *Mulheres da Terra* está localizado no assentamento rural Filhos de Sepé, no município de Viamão. Este assentamento, um dos maiores da região metropolitana de Porto Alegre, foi implantado em 1998, na Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande, instalando 376 famílias em 9.506 hectares, distribuídas em quatro setores (A, B, C e D), variando no tamanho da área e número de habitantes. Parte da área, aproximadamente 2.543 hectares, a partir de 25 de abril de 2002, por decreto estadual, passou a corresponder à unidade de conservação Refúgio de Vida Silvestre “Banhado dos Pachecos”.

O Grupo trabalha na produção de hortaliças, baseada nos princípios da agroecologia e de gêneros alimentícios tipo colonial, como pães, biscoitos, doces e queijos.

Atualmente, as camponesas contam com a parceria dos técnicos da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em Áreas de Reforma Agrária (COOPTEC) e do NEA-ITCP, que possui uma estrutura inter e intradisciplinar, nas áreas da economia, geografia, biologia, agronomia, nutrição, direito, comunicação, artes visuais, design, através de seus servidores e alunos, visando o fortalecimento e a independência financeira dos envolvidos no projeto. A interlocução tanto do NEA-ITCP quanto da COOPTEC se dá através da troca de saberes da academia e do saber popular, na construção do saber e das atividades a serem desenvolvidas para o alcance do aumento da produção e qualificação dos produtos e, o mais significativo, na formação de multiplicadores das técnicas e práticas desenvolvidos nas atividades.

No ano de 2009, em parceria com a Faculdade de Engenharia de Produção, foi instalada a primeira feira de produtos agroecológicos e coloniais no campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS). De lá para cá a feira tem se mantido como uma opção importante tanto para os consumidores da comunidade universitária quanto de outras pessoas que “descobriram” este interessante ponto de comercialização de produtos saudáveis. Oferecem à comunidade universitária hortifrutis como: aipim, laranja, bergamota, limão, abacate, maracujá, mamão, pinhão, banana, abóbora, cenoura, beterraba, batata doce e inglesa, chuchu, cebola, nabo, brócolis, feijão, arroz integral e polido, rabanete e uma grande variedade de folhosos, como alfaces, couves, espinafre, tempero verde, hortelã, manjeriço,

chás. Também são comercializados produtos semiprocessados (picados) para preparações alimentícias: chuchu e cenoura e/ou abóbora e couve, como exemplos.

Os produtos coloniais comercializados são: queijos, manteigas, pães, cucas, biscoitos, doces em calda e geleias, além do mel.

A aceitação da feira foi imediata, dado a qualidade dos produtos e dos preços praticados, pois o grupo acredita e tem como princípio a qualificação da alimentação através da agroecologia, numa lógica onde o alimento não convencional pode ser comercializado por um preço justo, já que não requer intermediação.

Isso fez com que ações para potencializar a produção fossem desencadeadas e imediatamente iniciou-se a prática de adubação verde nos lotes das famílias envolvidas com a produção, área próxima a dez (10) hectares, o que levou a potencialização da produção e ao início da implantação de um Banco de Sementes Crioulas no Assentamento. Inicialmente esta ação seria para as sementes relacionadas à adubação, mas o grupo de produtores entendeu que seria importante ampliar e implantar um Banco de Sementes que proporcionasse a troca e comercialização de sementes que buscasse o fortalecimento das culturas alimentares e da soberania e da segurança alimentar.

Esta demanda do Coletivo oportunizou à equipe de apoio do NEA-ITCP mais uma atividade de formação: o curso *Troca de Saberes sobre Botânica Camponesa*, quando foram apresentados e debatidos conteúdos sobre sementes de outras espécies e as interações entre elas no período de produção. Além do conhecimento sobre a botânica camponesa, foram ministradas várias oficinas como: a práticas de peletização de sementes e a produção de vários tipos de biofertilizantes, conhecimento e reconhecimento de chás e das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS), encontradas nos lotes do assentamento.

Atualmente o grupo de famílias envolvidas comercializa seus produtos em três (3) feiras na cidade de Porto Alegre: Campus central da UFRGS, Centro Administrativo do RS e no Bairro de Ipanema, na Zona Sul de Porto Alegre.

Além das feiras, o grupo comercializa sua produção para programas federais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e em outros estabelecimentos comerciais, como mercados e no Entreponto Contraponto, situado no Campus central da UFRGS.

Mais recentemente, a ITCP iniciou um processo de diagnóstico através de um questionário, buscando obter informações gerais ligadas à situação socioeconômica do território das *Mulheres Da Terra*¹⁰. Este diagnóstico está sendo muito importante, uma vez que alimenta o processo avaliativo e organiza a continuidade das ações da ITCP.

Na análise deste material pode-se perceber que chama a atenção o fato de as participantes apresentarem frequentemente disposição de manter o Coletivo, em que pese os conflitos inerentes a uma organização que se pauta pela autogestão. Como é recorrente em organizações deste tipo, a presença de lideranças muito acentuadas leva, muitas vezes, à dificuldade na formação de novas lideranças.

Outro dado relevante é a dependência de insumos como adubo orgânico que não é produzido ainda suficientemente no território, obrigando a aquisição fora do assentamento.

Apesar de reconhecerem o mérito das ações de assessoria técnica implementadas pela COOPTEC e ITCP UFRGS, os resultados mostram a necessidade de continuidade e aprimoramento de sua formação. Foram destacados os cursos de adubação verde, peletização de sementes, a produção de biofertilizantes e a Botânica Camponesa. Conspira contra a qualificação das camponesas, o fato de a maioria contar com pouco ou quase nenhuma instrução formal.

Em relação à comercialização, observa-se uma evolução importante no aumento da renda das famílias, especialmente em relação às feiras existentes. Os programas governamentais resultaram de igual modo, em substanciais melhorias financeiras.

Outras ações possíveis, como manejo da água, fixação do carbono e mitigação dos gases de efeito estufa no solo, que representam boa parte da saúde e conservação do solo, estão em processo de desenvolvimento do projeto, para que deste modo, negue-se o atual sistema agrícola implantado pelas grandes corporações e para que esta produção estimule e produza para outros assentamentos, viabilizando uma maior escala de produtos agroecológicos e possibilitando o fornecimento a escolas e restaurantes universitários.

Por fim, salienta-se o estabelecimento de novas territorialidades governadas pelas camponesas que encontram nas relações travadas no dia-a-dia, tanto no interior dos espaços

¹⁰ Para conhecer o diagnóstico, acessar: www.neaufrgs.wordpress.com

de produção quanto em suas ligações com o exterior. Nas feiras, mercados e, principalmente com a rede de comercialização solidária expressa pela presença do Entreposto Solidário CONTRAPONTO, que é uma alternativa importante de fortalecimento de um território camponês, baseado nos princípios da ES e da produção de alimentos saudáveis.

3.2. O CONTRAPONTO

O Contraponto - Entreposto de Cultura, Saúde e Saber - é um espaço de comercialização solidária, instalado no campus central da UFRGS. Oferece produtos diversos nos segmentos artesanato, confecção e alimentação, privilegiando orgânicos e integrais. Neste espaço busca-se difundir princípios e valores da economia solidária, como cooperação, comércio justo, consumo responsável, segurança alimentar, sustentabilidade e respeito ao trabalho humano.

É gerido coletivamente por representantes dos doze empreendimentos que formam a Associação Contraponto, e integram o projeto em conjunto com membros do NEA-ITCP.

Surgiu em 2009 a partir da demanda de comercializar os produtos de empreendimentos de economia solidária acompanhados pelo NEA/ITCP. Instiga reflexões sobre os padrões de produção, circulação e aquisição, proporcionando novas formas de interação entre trabalhadores e consumidores no ambiente acadêmico. Visando à sustentabilidade, a arquitetura do espaço – projetada por arquitetos da UFRGS – foi concebida com a utilização de materiais e tecnologias sustentáveis, seguindo os conceitos da bioconstrução e da arquitetura efêmera.

A formação da Associação representou a superação de uma série de entraves muito comuns no universo da economia solidária quando há o exercício de constituição de redes. A superação de conflitos, disputas pelo poder, o exercício de trabalhar juntos, a identificação com a causa da economia solidária, enfim, a própria autogestão.

A criação da Rede de Empreendimentos do Contraponto sugere que esta é uma alternativa importante para a superação dos obstáculos ao desenvolvimento desta economia alternativa a na afirmação de uma identidade que colabore para o estabelecimento de novas territorialidades onde os valores sejam a cooperação, a solidariedade e a gestão democrática e participativa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo partiu-se da constatação de que o conceito de território, atualmente, goza de grande prestígio dentro fora dos muros das universidades sendo utilizado de forma, muitas vezes, pouco precisa em relação ao que se quer definir como tal. Isto é bastante visível nos programas de governos, nas políticas públicas e privadas bem como no discurso e propaganda dos movimentos sociais. O território passa desta forma, a ser associado aos espaços de governança.

Compreende-se, por outro lado, que este uso, com seus excessos e imprecisões, é um caminho sem volta. O território está na moda para o bem ou para o mal deste conceito, tão caro para a Geografia. Muitos geógrafos sabem que este fenômeno não constitui exceção e que em outros momentos históricos, durante décadas, a *região* foi o conceito “da vez” assim como nos anos 90 foi o conceito de rede. (SOUZA, 2009, p.58).

O risco do demasiado uso seria a “hipertrofia da capacidade explicativa do conceito” o que Souza chamou de “*momento da embriaguez conceitual*” que pode levar cedo ou tarde ao momento da fadiga “conceitual” no qual o mesmo pode ser esquecido ou substituído por outro. O autor define este momento como o da “ressaca conceitual”. (ibidem)

Por outro lado, apresentou-se neste trabalho o olhar de uma diversidade de autores sobre a questão do território com a intenção de focalizá-lo a partir da ciência geográfica no intuito de contribuir para o debate no interior da nossa Rede de ITCPs.

O trabalho da ITCP UFRGS, no acompanhamento do Contraponto e junto ao Coletivo *Mulheres da Terra*, resulta de uma compreensão do trabalho de incubação onde procura-se agir dentro de um conjunto de ações, sempre em busca da compreensão de uma **totalidade**, no caminho inverso da abordagem tradicional e de mercado, que enxerga apenas a parte.

A partir de uma abordagem territorial, procura-se reacionar os aspectos socioeconômicos e de preservação ambiental para a construção de uma sociedade cooperativa e solidária. Para um melhor dimensionamento e aprimoramento das ações realizadas, verificou-se, a partir de um questionário aplicado junto a algumas famílias do assentamento, a demanda de adubo, biofertilizantes, ração (milho, farelo de arroz, etc.) para a criação de animais e outros insumos naturais necessários para a produção de alimentos. Esses produtos são atualmente comprados a custos relativamente altos.

Partindo desta experiência, conclui-se a necessidade de um aprimoramento entre os/as agricultores/as e os/as técnicos/as envolvidos/as, para que haja a produção destas demandas dentro do assentamento com baixos custos.

Por outro lado o estabelecimento de uma rede de colaboração solidária, cujas manifestações das territorialidades e representações dos atores envolvidos refletem novas formas de produção e organização do trabalho, pode-se detectar que os sujeitos responsáveis por esta iniciativa têm presente nas suas falas e no seu imaginário um sentimento de pertencimento que gera uma identidade coletiva compartilhada por todos.

No que se refere às discussões teóricas sobre o tema da ES, constata-se que a experiência do Coletivo *Mulheres da Terra* demarca um campo favorável para o debate geográfico, na medida em que esta iniciativa constitui formas de apropriação do espaço e uma lógica solidária em que as participantes procuram, a partir da resignificação das relações capitalistas, sedimentar um território inclusivo, contrapondo-se, assim, às relações típicas da sociedade capitalista contemporânea.

5. REFERÊNCIAS

CANDIOTTO, L.Z.P; SANTOS, R.A. **Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial**. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 1ª edição, 2009, p. 315-340.

DAGNINO, R. **Elementos para uma avaliação das incubadoras universitárias de cooperativas populares**. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2012.611.08> Acesso em 16/01/2015.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro. Ed. 34, 2004 (1990).

DELEUZE, G e GUATARRI, F. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro. Ed. 34, 1992.

DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L'espace social**. Lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2007.

FERNANDES, B. **Sobre a tipologia de territórios**. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 1ª edição, 2009, p. 197-215.

FUINI, L.L.; PIRES, E.L.S. **Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial**. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 1ª edição, 2009, p. 291-313.

GOMES, G.G.; HEIDRICH, A.L. **Rede Justa Trama - cadeia produtiva do algodão ecológico: a economia solidária como desenvolvimento territorial**. Disponível em: <https://neaufrgs.wordpress.com/teoria/>

GOMES, G. G. **Rede justa trama – cadeia produtiva do algodão ecológico: as territorialidades da economia solidária**. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Geografia/UFRGS, 2011. (dissertação de mestrado).

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói. EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial**. In:

HEIDRICH, A.L. **Território, Integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social**. IN: RIBAS, A.D; SPOSITO, E.S.; SAQUET, M.A. (Orgs). Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004, p.37-66.

HEIDRICH, A. L. **Territorialidades de exclusão e inclusão social**. In: REGO, N., MOLL, J. & AIGNER, C. (Orgs.). Saberes e práticas na construção de sujeitos sociais. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006, p. 21-44.

HEIDRICH, A.L. **Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza**. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 1ª edição, 2009, p. 271-290.

HEIDRICH, A.L. **A abordagem territorial e a noção de representação**. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos, Porto Alegre, 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. SP; Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. **Geografia do homem (antropogeografia)**. In: MORAES, A.C.R. (Org.). Ratzel. São Paulo. Ática, 1990.

REGO, N.; SUERTEGARAY, D. M.; HEIDRICH, A. (Org.). **Geografia e educação: geração de ambiências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SAHR, C.L.L.; SAHR, D-W. **Territórios – faxinais – espaços. A problemática “espaço/território” na formação social brasileira.** In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo. Ed. Expressão Popular, 1ª edição, 2009, p. 143-173.

SAQUET, M.A. **Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território.** In: SPOSITO, E. (Org). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática.** Presidente Prudente. SP. FCT/UNESP/GAsPERR, 2005, p.35-51.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo. Ed. Expressão popular, 2007.

SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo. Ed. Expressão Popular, 1ª edição, 2009.

SOUZA, M. **Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental.** In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo. Expressão Popular, 1ª edição, 2009, P. 57-72.